



**III Jornada
Lei Maria da Penha**

Cursos de Capacitação

MARÇO
2008

- Termo de Cooperação CNJ-ENFAM-MJ-SPM
- Realização de Cursos Multidisciplinares de Capacitação sobre a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

JUNHO
2008

- Reunião com os Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura
- Objetivo: sensibilização e sugestão de conteúdo programático

2008/2009

- Cursos realizados pelas Escolas Estaduais da Magistratura:
- 14 cursos: CE, ES, MA, MG, MT, PA, PE, PI, RJ, RN e SE
- > 700 magistrados cursistas.



Enfam

Escola Nacional de Formação e
Aperfeiçoamento de Magistrados

**Curso de
Formação de
Multiplicadores
sobre Violência
Doméstica e a
Lei Maria da
Penha**



- ✓ **FILOSOFIA: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E PRAGMÁTICA**
- ✓ **DOCENTES: MAGISTRADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO; ADVOGADA, SOCIÓLOGA, ANTROPÓLOGA, PSICÓLOGA**
- ✓ **CURSISTAS: MAGISTRADOS E PROFISSIONAIS DA ÁREA PSICOSSOCIAL**



Avaliação dos Cursistas



**Crime de Ameaça &
Cidadania das Mulheres**

**Violência Doméstica: ordem
social, cultural e jurídica**

**Pacto Nacional de Enfrentamento
à Violência Doméstica**



Rede de atendimento –
Questões Necessárias

Papel do Juiz para efetivação da
LMP

Natureza das medidas protetivas
de urgência e prisão preventiva



JUIZ

O medo gerado pela ameaça limita a ação da mulher; Para efetivação da LMP, o papel do Juiz é de ator e não de espectador.

Psicólogo

A violência contra a mulher é uma forma de manter a dominação masculina – A LMP busca maior equilíbrio nas relações de poder.

Assistente Social

Estratégias de enfrentamento da violência doméstica: desconstrução de estereótipos e recuperação da autonomia da mulher.



SUGESTÕES DOS CURSISTAS



- **INSERÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DE DISCIPLINA OBRIGATÓRIA QUE VISA INTRODUZIR O CONCEITO DE IGUALDADE NA VIDA DE CADA CIDADÃO, MODIFICANDO O PARADIGMA SOCIAL EXISTENTE.**



- INVESTIR NA CAPACITAÇÃO DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DESSE PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E FORTALECER AS POLÍTICAS E ESTRUTURAS A PARTIR DE UM PROCESSO PREVENTIVO.



- MAPEAMENTO DAS REDES DE ATENDIMENTO EXISTENTES E CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS INTERLIGADA;
- INVESTIMENTO EM CENTROS DE REABILITAÇÃO E EDUCAÇÃO DO AGRESSOR;
- INCLUSÃO DE MÓDULOS ESPECÍFICOS PARA GÊNERO NAS PESQUISAS DO IBGE.



Rede Iberoamericana de Escolas Judiciais – RIAEJ e a questão de gênero

- XIX Reunião da Junta Diretiva da RIAEJ
- 9 e 10 de março, na Costa Rica



Palestras de abertura da XIX Reunião, organizada pela *Escola Judicial Edgar Cervantes Villata*:

- Equidade de gênero na administração da justiça dentro da formação judicial – Juíza Zarella Villa nueva Monge;
- A implementação da política institucional de gênero no Poder Judiciário costarriquenho – Dra. Jeannete Arias Meza;
- A incorporação da perspectiva de gênero nos processos de formação e capacitação da Escola Judicial – Dra. Kattia Escalante Barboza, Gestora de Capacitação da Escola Judicial.